



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Concurso Público para provimento de cargos de
Analista - Área Pericial
Especialidade Engenharia Ambiental

Caderno de Prova, Cargo 26, Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

| |
|---|
| P R O V A |
| Conhecimentos Básicos Conhecimentos Específicos Estudo de Caso |

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Atenção: As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto apresentado abaixo.

1. Os mitólogos costumam chamar de imagens de mundo certas estruturas simbólicas pelas quais, em todas as épocas, as diferentes sociedades humanas fundamentaram, tanto coletiva quanto individualmente, a experiência do existir. Ao longo da história, essas constelações de idéias foram geradas quer pelas tradições étnicas, locais, de cada povo, quer pelos grandes sistemas religiosos. No Ocidente, contudo, desde os últimos três séculos uma outra prática de pensamento veio se acrescentar a estes modos tradicionais na função de elaborar as bases de nossas experiências concretas de vida: a ciência. Com efeito, a partir da revolução científica do Renascimento as ciências naturais passaram a contribuir de modo cada vez mais decisivo para a formulação das categorias que a cultura ocidental empregará para compreender a realidade e agir sobre ela.

- Mas os saberes científicos têm uma característica inescapável: os enunciados que produzem são necessariamente provisórios, estão sempre sujeitos à superação e à renovação. Outros exercícios do espírito humano, como a cogitação filosófica, a inspiração poética ou a exaltação mística poderão talvez aspirar a pronunciar verdades últimas; as ciências só podem pretender formular verdades transitórias, sempre inacabadas. Ernesto Sábató assinala com precisão que todas as vezes que se pretendeu elevar um enunciado científico à condição de dogma, de verdade final e cabal, um pouco mais à frente a própria continuidade da aplicação do método científico invariavelmente acabou por demonstrar que tal dogma não passava senão... de um equívoco. Não há exemplo melhor deste tipo de superstição que o estatuto da noção de raça no nazismo.

(Luiz Alberto Oliveira. "Valores deslizantes: esboço de um ensaio sobre técnica e poder", In **O avesso da liberdade**. Adauto Novaes (Org). São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 191)

1. No primeiro parágrafo, o autor
- (A) fornece uma descrição objetiva do modo como, ao longo da história, germinam e se desenvolvem as *imagens do mundo*, expressão emprestada aos mitólogos.
 - (B) ratifica a idéia, construída ao longo da trajetória humana, de que o pensamento científico é a via mais eficaz para o conhecimento da realidade.
 - (C) atribui a idiosincrasias culturais as distintas representações daquilo que legitimaria as práticas humanas.
 - (D) defende que as sociedades humanas, apoiadas na religião ou em mitos variados, constroem imagens para autenticar a experiência individual perante a coletiva.
 - (E) expressa sua compreensão de que, fora do âmbito racional, não há base sólida que fundamente a vida dos seres humanos.

2. Ainda sobre o primeiro parágrafo, é correto afirmar :
- (A) O emprego da conjunção *contudo* (linha 8) evidencia que o autor considera os modos tradicionais de conceber o mundo incompatíveis com a ciência, que os substitui.
 - (B) Contém, implicitamente, a idéia de que a capacidade cognitiva é conquista do mundo ocidental, principalmente nos últimos trezentos anos.
 - (C) O emprego da expressão *Com efeito* (linhas 11 e 12) colabora para a consolidação da idéia de que a observação dos fenômenos naturais foi conquista do Renascimento.
 - (D) Sustenta a idéia de que, a partir do Renascimento, as ciências desenvolveram normas práticas para a conduta humana, com respeito a valores na esfera individual ou coletiva.
 - (E) A forma verbal *empregará* (linha 15) evidencia que o autor dá como fato consumado o prestígio da ciência, do Renascimento em diante, na constituição do modo ocidental de pensar e agir.

3. No parágrafo 2,
- (A) a conjunção *Mas* (linha 17) foi empregada não para eliminar o que foi dito anteriormente, e, sim, para introduzir uma contrapartida do objeto, fruto de distinta perspectiva de análise.
 - (B) constrói-se uma relativização das conquistas da ciência, sustentada na crítica de que ela se vale de procedimentos pouco objetivos na busca da verdade.
 - (C) constata-se o caráter incontrolável das experiências científicas, implicitamente atribuído às condições de descontinuidade em que se realizam.
 - (D) a expressão *necessariamente provisórios* (linhas 18 e 19) compõe uma advertência, dirigida a filósofos, poetas e místicos, que desconsideraram a objetividade na produção do saber.
 - (E) incentiva-se a luta do ser para a constante superação de suas fragilidades pessoais, advindas de sua humana condição e permanente sujeição ao erro.

4. É correto afirmar:
- (A) Infere-se do texto que os distintos discursos – religioso, filosófico, artístico, científico –, quando formalizam, cada um a seu modo, os dogmas da humanidade, na verdade estão conscientemente burlando o espírito que orienta cada específica prática.
 - (B) O texto demonstra que superstições surgem nos mais diversos campos do conhecimento, e são elas que, através do tempo, configuram o estatuto do humano.
 - (C) O texto esclarece que é uma pretensão imprópria aspirar a conquistas que, duradouras, podem acabar por se constituir em meros passos de um trajeto insuperável.
 - (D) Seria coerente com as idéias expressas no texto o seguinte comentário, suscitado pelo exemplo dado: "O nazismo, por mais assustador que seja o fato, não foi isento de racionalidade".
 - (E) No texto exprime-se o entendimento de que é comum a várias práticas de pensamento, excluindo-se o mítico, defender que o espírito humano é capaz de atingir o saber pleno.

| | |
|---|---|
| <p>5. É correto afirmar que</p> <p>(A) a conjunção <i>quer</i>, repetida (linhas 6 e 7), estabelece uma comparação entre os termos aproximados, indicando a superioridade de um sobre o outro.</p> <p>(B) a forma verbal <i>têm</i> (linha 17) está em conformidade com as normas gramaticais, assim como a forma verbal destacada em “Embora eles não lhe <u>dê</u>m razão, ela sabe que está certa”.</p> <p>(C) o emprego do sinal gráfico indicativo da crase está correto em <i>sujeitos à superação</i> (linha 19), assim como está em “Chegaram à propor um acordo, mas não foram ouvidos”.</p> <p>(D) a transposição da frase <i>essas constelações de idéias foram geradas quer pelas tradições étnicas (...) quer pelos grandes sistemas religiosos</i> (linhas 5 a 7) para a voz ativa gera a forma verbal “costumam gerar”.</p> <p>(E) o emprego de <i>melhor</i>, em <i>Não há exemplo melhor</i> (linha 30), está em conformidade com as normas gramaticais, assim como o do segmento assinalado em “Foram os exemplos <u>mais bem escolhidos</u>”.</p> | <p>Atenção: As questões de números 7 a 15 referem-se ao texto apresentado abaixo.</p> <p>1. Os vadios eram um grupo infrator caracterizado, antes de mais nada, por sua forma de vida. Era o fato de não fazerem nada, ou de nada fazerem de forma sistemática, que os tornava suspeitos ante a parte bem organizada da sociedade. Por não terem laços – a família, domicílio certo, vínculo empregatício –, constituíam um grupo fluido e indistinto, difícil de controlar e até mesmo de enquadrar. Passados os primeiros tempos dos descobertos auríferos, quando, como disse o jesuíta Antonil, os arraiais</p> <p>5. foram “móveis como os filhos de Israel no deserto”, a itinerância passou a ser cada vez mais tolerada. Em 1766 surge contra os vadios das Minas a primeira investida oficial de que se tem notícia: uma carta régia dirigida em 22 de julho ao governador Luís Diogo Lobo da Silva, e incisiva</p> <p>10. na condenação da itinerância de vadios e da forma peculiar de vida que escolhiam. Tais homens, dizia o documento, vivem separados do convívio da sociedade civil, enfiados nos sertões, em domicílios volantes, ou seja, sem residência fixa. Isto não podia ser tolerado, e deveriam</p> <p>15. passar a viver em povoações que tivessem mais de cinquenta casas e o aparelho administrativo de praxe nas vilas coloniais: juiz ordinário, vereadores etc. Uma vez estabelecidos, ser-lhes-iam distribuídas terras adjacentes ao povoado para que as cultivassem, e os que assim não</p> <p>20. procedessem seriam presos e tratados como salteadores de caminhos e inimigos comuns.</p> <p>(Laura de Mello e Souza. “Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII”, In Tempo e história, org. Adauto Novaes. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal da Cultura, 1992. p. 358-359)</p> |
| <p>6. Ernesto Sábato assinala com precisão que todas as vezes que se pretendeu elevar um enunciado científico à condição de dogma, de verdade final e cabal, um pouco mais à frente a própria continuidade da aplicação do método científico invariavelmente acabou por demonstrar que tal dogma não passava senão... de um equívoco.</p> <p>O adequado entendimento daquilo que assinala Ernesto Sábato está expresso, de forma clara e correta, em:</p> <p>(A) É perfeito o entendimento de dogma como verdade acabada, mas tem um desvio quando a ciência prova que o enunciado está ultrapassado, anulando o dogma equivocadamente, o que ocorreu em todas as vezes.</p> <p>(B) Sempre que se tentou eternizar uma formulação científica, a ciência, ela mesma, desautorizou a pretensão, quando, por seus próprios instrumentos, desvelou a imperfeição daquele saber.</p> <p>(C) Verdades finais e acabadas, verdadeiros dogmas, sempre existiram, mas, sendo do universo científico, a própria ciência se incumbiu de dar continuidade, tornando obsoleto o método.</p> <p>(D) Muitas vezes houve tentativa de construir dogmas, mas se revelou impossível, porque a ciência, desenvolvendo, provou mais para frente que o enunciado científico não tinha fundamento real.</p> <p>(E) É freqüente ver o que a continuidade faz, pois a ciência, responsável pelo método, mostra o erro dos dogmas que, antes precisos, acabam invariavelmente provocando equívocos, como universalmente demonstrado.</p> | <p>7. No texto, o autor</p> <p>(A) põe em foco um determinado estrato social, particularizando uma tentativa de disciplinamento oficial.</p> <p>(B) desenvolve considerações minuciosas a respeito do tema central de seu discurso: a carta de Luís Diogo Lobo da Silva.</p> <p>(C) narra um específico episódio ocorrido em Minas, tomado como exemplo do que se pode esperar da ação de grupo de infratores.</p> <p>(D) lança hipóteses sobre as causas de um determinado comportamento social, depois de caracterizá-lo a partir da teoria de pesquisadores, religiosos ou não.</p> <p>(E) toma os dados de pesquisa histórica como apoio para expressar e justificar o seu próprio juízo de valor acerca de infratores.</p> |

8. Considere as afirmações que seguem sobre a organização do texto.

- I. No processo de argumentação, o autor valeu-se de testemunho autorizado.
- II. A fala do jesuíta constitui argumento para a consolidação da idéia de que *a itinerância passou a ser cada vez mais tolerada*.
- III. A data de 1766 foi citada como comprovação explícita de que o rei era realmente signatário da carta.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

9. Observado o contexto, está corretamente entendida a seguinte expressão do texto:

- (A) *nada fazerem de forma sistemática* – nada produzirem de modo tecnicamente plausível.
- (B) *um grupo fluido e indistinto* – um conglomerado espontâneo e informal.
- (C) *difícil de controlar e até mesmo de enquadrar* – não passível de organizar e mesmo dominar.
- (D) *Passados os primeiros tempos dos descobertos auríferos* – esgotadas as primeiras jazidas de ouro.
- (E) *forma peculiar de vida que escolhiam* – singular maneira que se concediam de estar no mundo.

10. *Em 1766 surge contra os vadios das Minas a primeira investida oficial de que se tem notícia.*

Considerado o contexto, uma outra redação para o segmento destacado acima, que está correta e que não prejudica o sentido original, é:

- (A) cuja existência se conhece.
- (B) da qual a notícia foi dada.
- (C) que a notícia foi veiculada.
- (D) na qual se tem o registro.
- (E) de que a notícia chegou até nós.

11. Observadas as 8 linhas iniciais do texto, é correto afirmar:

- (A) A expressão *por sua forma de vida* constitui uma explicação.
- (B) No segmento *Era o fato de não fazerem nada, ou de nada fazerem de forma sistemática*, a conjunção *ou* introduz uma retificação do que se afirmou anteriormente.
- (C) Em *que os tornava suspeitos*, o deslocamento do pronome destacado para depois do verbo atenderia ao que a gramática aconselha como preferência.
- (D) A preposição *ante* equivale a “versus”.
- (E) Como em *fluido*, a grafia do particípio do verbo “imbuir” não admite o acento, estando, portanto, correta a forma “imbuído”.

12. Considerando as linhas 8 a 16, é correto afirmar:

- (A) Em *como disse o jesuíta*, *como* equivale a “mediante”.
- (B) Em *“móveis como os filhos de Israel no deserto”*, as aspas indicam que a frase deve ser entendida em sentido figurado.
- (C) O emprego da palavra *arraiais* contribui para a produção do sentido de “morada provisional” tratado no fragmento.
- (D) No segmento *a itinerância passou a ser cada vez mais tolerada*, a expressão *passou a ser* é a que exprime a idéia de progressão.
- (E) Os dois-pontos introduzem uma citação.

13. *Tais homens, dizia o documento, vivem separados do convívio da sociedade civil, enfiados nos sertões, em domicílios volantes, ou seja, sem residência fixa. Isto não podia ser tolerado, e deveriam passar a viver em povoações que tivessem mais de cinqüenta casas e o aparelho administrativo de praxe nas vilas coloniais: juiz ordinário, vereadores etc.*

Observado o contexto, é correto afirmar que, no fragmento acima,

- (A) a expressão *sociedade civil* equivale a “conjunto de todos os membros que constituem o tecido social, unidos em torno de idéias, pactos e acordos, sem hegemonia nem exclusão de nenhum grupo”.
- (B) a voz do autor mistura-se à voz do remetente da carta, como o comprova o emprego, respectivamente, das formas verbais *podia* e *vivem*.
- (C) a expressão *ou seja* introduz uma explicação, obrigatória para a compreensão do documento, visto que *domicílios volantes* constitui uma incompatibilidade em termos, sem possibilidade de conciliação.
- (D) o emprego da expressão *de praxe* evidencia que, na carta, buscava-se neutralizar qualquer tom que pudesse ser entendido como intimidação.
- (E) a oração *deveriam passar a viver em povoações* expressa uma suposição.

14. *Uma vez estabelecidos, ser-lhes-iam distribuídas terras adjacentes ao povoado para que as cultivassem, e os que assim não procedessem seriam presos e tratados como salteadores de caminhos e inimigos comuns.*

Sobre o que se tem no período acima transcrito, é correto afirmar:

- (A) A expressão *uma vez* comunica a mesma idéia que o segmento destacado exprime em “Uma vez que ele se curou, não precisa mais de cuidados médicos”.
- (B) O termo destacado em *os que assim não procedessem* refere-se à ação de optar por ser estabelecido.
- (C) A gramática prescreve que o vocábulo *adjacentes* seja assim separado em sílabas: “a - dja - cen - tes”.
- (D) Há um subentendido no fragmento: no século XVIII, os *vadios* recebiam tratamento diferenciado em relação a outros grupos considerados infratores.
- (E) Em *tratados como salteadores*, o termo destacado está empregado com o mesmo valor que se nota em “Como cheira bem a sua caldeirada!”.

| | |
|---|--|
| <p>15. <i>Uma vez estabelecidos, ser-lhes-iam distribuídas terras adjacentes ao povoado para que as cultivassem.</i></p> <p>Uma outra redação para o segmento destacado acima, que, clara e correta, não prejudica o sentido original é:</p> <p>(A) sendo-lhes divididas as terras pertencentes ao povoado, poderiam cultivá-las.</p> <p>(B) com o objetivo de que tornassem produtivas, receberiam, entre eles, as terras próximo à vila.</p> <p>(C) eles seriam aquinhoados com áreas contíguas à vila, a fim de que as lavrassem.</p> <p>(D) compartilhariam entre si glebas em anexo ao povoado, de modo que beneficiassem.</p> <p>(E) salvo se lavrassem, receberiam por distribuição áreas incorporadas ao povoado.</p> | <p>18. A frase em que a forma destacada está apropriada às normas gramaticais é:</p> <p>(A) Congregou-<u>os</u> o mesmo sincero desejo de fazer algo relevante pela comunidade.</p> <p>(B) Quem disse que ele <u>constroe</u> toda essa argumentação sem apoio de advogados?</p> <p>(C) Isso não é pertinente <u>com</u> os fins a que você visa com seu projeto.</p> <p>(D) Eles enganam-se a si próprios, persuadidos <u>que</u> tudo está sendo feito em busca da paz.</p> <p>(E) Espero que ele <u>medie</u> a reunião com a isenção de espírito de que todos necessitamos.</p> |
| <p>16. A frase que está totalmente de acordo com o padrão culto é:</p> <p>(A) Vossa Senhoria, senhor Ministro, poderéis me receber amanhã em audiência, para que lhe entregue pessoalmente meu projeto?</p> <p>(B) Ele é ambidestro, sabe até desenhar com ambas mãos, mas jamais quiz colocar sua habilidade em evidência.</p> <p>(C) Queria sair com nós três, não sei bem por quê; talvez haja assuntos sobre os quais ela queira nos colocar a par.</p> <p>(D) Essas pinturas são consideradas as maiores obras-de-artes do período, mas nada tem haver com a temática que você quer estudar.</p> <p>(E) Ela vivia dizendo “Eu mesmo desenho meu futuro”, mas essa era uma forma dela ocultar sua relação mau resolvida com os pais.</p> | <p>19. A frase que está corretamente redigida é:</p> <p>(A) Naquele ambiente taciturno, é como se, a cada passo, descobrimos uma possibilidade longínqua de sair ilesos.</p> <p>(B) Acompanhei os noticiários, e, pelo o que está se vendo, muitos não chegarão onde desejam no horário previsto.</p> <p>(C) Aquele era o hotel onde costumava freqüentar durante o período que não conhecia problemas financeiros.</p> <p>(D) Os detalhes eram tão minuciosamente apresentados, que o leitor chega ter acesso até a informação de qual das mãos segurava a taça de champanhe.</p> <p>(E) A maneira como os bilhetes foram escritos não deixará dúvidas acerca do que deve ser feito, sob a responsabilidade seja de quem for.</p> |
| <p>17. A frase que está pontuada de acordo com os preceitos da gramática é:</p> <p>(A) Mas é preciso ver nos textos, como o autor apresenta a relação de conciliação essencial entre a consciência cristã; e as práticas de eficácia temporal.</p> <p>(B) Pois bem: se ele não os induziu a responderem, o que desejava que fosse respondido; o que é que ele fez?</p> <p>(C) Basta então, que se conheçam as normas de organização social do período para que sejam compreendidas, em suas minúcias os atritos delas decorrentes.</p> <p>(D) As histórias relatadas nos seus romances iniciais – que se distinguem, sensivelmente, dos relatos mais recentes – são, na sua maioria, fruto da influência da cultura irlandesa.</p> <p>(E) A ação deles é, portanto, embora pouco divulgada, digna de reconhecimento, dos que os apoiaram nas mais diversas, circunstâncias.</p> | <p>20. A concordância está totalmente de acordo com a norma padrão da língua em:</p> <p>(A) Acredito que as orientações dele, porque parecem pouco claro, não terão de serem seguidas antes de um esclarecimento maior.</p> <p>(B) Considerou digna de ser encaminhada a julgamento dos avaliadores a última versão do projeto-piloto, pois, se podem existir fragilidades, elas certamente hão de ser mínimas.</p> <p>(C) Elas se consideraram responsável pelo erro e julgaram legítimo as cobranças que lhe serão feitas de agora em diante.</p> <p>(D) Dado as contingências do momento, os diretores houveram por bem atender aos prazos, e prometeram reavaliar, tanto quanto fossem, as demais exigências do contrato.</p> <p>(E) Devem fazer mais de três meses que não os vejo; tantos dias de afastamento poderia ser entendido como descaso, mas quero dizer que lhes dedico muito afeto.</p> |

Instruções: Para responder às questões de números 21 a 25 considere as informações abaixo.

OBJETIVO:

O Ministério Público do Governo Federal de um país deseja modernizar seu ambiente tecnológico de informática. Para tanto irá adquirir equipamentos de computação eletrônica avançados e redefinir seus sistemas de computação a fim de agilizar seus processos internos e também melhorar seu relacionamento com a sociedade.

REQUISITOS PARA ATENDER AO OBJETIVO:

(Antes de responder às questões, analise cuidadosamente os requisitos a seguir, considerando que estas especificações podem ser adequadas ou não).

§1º – Cadastros recebidos por intermédio de anexos de mensagens eletrônicas deverão ser gravados em arquivos locais e identificados por ordem de assunto, data de recebimento e emitente, para facilitar sua localização nos computadores.

§2º – Todos os documentos eletrônicos oficiais deverão ser identificados com o timbre federal do Ministério que será capturado de um documento em papel e convertido para imagem digital.

§3º – A intranet será usada para acesso de toda a sociedade aos dados ministeriais e às pesquisas por palavra-chave, bem como os diálogos eletrônicos serão feitos por ferramentas de chat.

§4º – Os documentos elaborados (digitados) no computador (textos) não podem conter erros de sintaxe ou ortográficos.

§5º – Todas as planilhas eletrônicas produzidas deverão ter as colunas de valores totalizadas de duas formas: total da coluna (somatório) e total acumulado linha a linha, quando o último valor acumulado deverá corresponder ao somatório da coluna que acumular. Exemplo:

| | A | B |
|-------|--------|-----------|
| 1 | do mês | acumulado |
| 2 | 3 | 3 |
| 3 | 18 | 21 |
| 4 | 4 | 25 |
| 5 | 2 | 27 |
| 6 | 27 | |

21. Considere os seguintes dispositivos:

- I. impressora multifuncional;
- II. pen drive;
- III. scanner;
- IV. impressora a laser.

Em relação à captura referenciada nos requisitos especificados no §2º, é INCORRETO o uso do que consta SOMENTE em

- (A) II.
- (B) IV.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) I, III e IV.

22. Para atender aos requisitos especificados no §1º é preciso saber usar ferramentas de

- (A) e-mail e que é possível organizar Pastas dentro de Pastas e Arquivos dentro de Pastas.
- (B) chat e que é possível organizar Pastas dentro de Pastas e Arquivos dentro de Arquivos.
- (C) browser e que é possível organizar Pastas dentro de Pastas, mas não Arquivos dentro de Pastas.
- (D) e-mail e que é possível organizar Pastas dentro de Arquivos e Arquivos dentro de Pastas.
- (E) busca e que é possível organizar Arquivos dentro de Pastas, mas não Pastas dentro de Pastas.

23. Considere os Quadros 1 e 2 abaixo e os requisitos especificados no §3º.

| Quadro 1 | |
|----------|------------|
| I | II |
| adequado | inadequado |

| Quadro 2 | | |
|----------|----------------------------|------|
| a | b | c |
| intranet | pesquisa por palavra chave | chat |

Quanto ao uso das especificações dos requisitos, a relação apresentada nos quadros é correta entre

- (A) I-a – I-b – II-c.
- (B) I-a – II-b – I-c.
- (C) II-a – I-b – II-c.
- (D) II-a – II-b – II-c.
- (E) II-a – II-b – I-c.

24. Considere os dados da planilha eletrônica exemplificada no §5º. Está correta a fórmula inserida em B3 e pronta para ser propagada para B4 e B5 se for igual a

- (A) =B3+A2.
- (B) =B\$2+A3.
- (C) =B2+A3.
- (D) =B2+A2.
- (E) =B2+A\$3.

25. Considerando o ambiente Microsoft, o requisito especificado no §4º quer dizer ao funcionário que, para auxiliá-lo na tarefa de verificação e correção, ele deve

- (A) usar a configuração de página do editor de textos.
- (B) acionar uma função específica do editor de textos.
- (C) usar a ferramenta de edição do organizador de arquivos.
- (D) usar a correção ortográfica do organizador de arquivos.
- (E) acionar a formatação de página do editor de textos.

| | |
|---|---|
| <p>26. O Procurador da República que ingressou no Ministério Público Federal no ano de 2002 poderá</p> <p>(A) exercer cargo ou função de direção nas entidades de ensino público.</p> <p>(B) receber custas processuais nas ações civis públicas.</p> <p>(C) exercer cumulativamente o cargo de Secretário de Estado.</p> <p>(D) participar de conselhos, comissões ou organismos estatais.</p> <p>(E) participar de sociedade comercial como quotista ou acionista.</p> | <p>29. De acordo com o disposto na Lei de Improbidade Administrativa, é correto afirmar que</p> <p>(A) o ato de improbidade administrativa que importe em enriquecimento ilícito pressupõe, necessariamente, a comprovação de efetivo dano econômico ao erário público.</p> <p>(B) o agente público que dolosamente auferir vantagem patrimonial indevida em razão do exercício do cargo responde de forma objetiva por ato de improbidade administrativa.</p> |
| <p>27. Nos termos da Lei Complementar nº 75/93, e com relação aos órgãos do Ministério Público Federal, observe as seguintes afirmações:</p> <p>I. O Colégio de Procuradores da República, presidido pelo Procurador-Geral da República, é integrado por todos os membros da carreira em atividade do Ministério Público Federal.</p> <p>II. O Corregedor-Geral será nomeado pelo Procurador-Geral da República, dentre os Subprocuradores-Gerais da República integrantes de lista triplíce elaborada pelo Conselho Superior, para mandato de dois anos, admitida uma recondução.</p> <p>III. O Conselho Superior do Ministério Público Federal, órgão de execução do Ministério Público Federal, será presidido pelo Subprocurador-Geral da República mais antigo.</p> <p>IV. Os Subprocuradores-Gerais da República atuarão junto ao Supremo Tribunal Federal por delegação do Procurador-Geral da República.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) III e IV.</p> <p>(D) I, II e IV.</p> <p>(E) I, III e IV.</p> | <p>(C) é irrelevante a aprovação das contas pelo Tribunal de Contas para a caracterização do ato de improbidade administrativa.</p> <p>(D) o funcionário público que, conduzindo veículo oficial, em atividade oficial, por imprudência, acabe gerando uma colisão com um particular, responde por ato de improbidade lesivo ao patrimônio público.</p> <p>(E) há a necessidade da ocorrência de qualquer vantagem por parte do agente que dolosamente gerar prejuízo concreto ao erário público.</p> <p>30. Quanto à posse e ao exercício do cargo do servidor público civil da União, é correto que:</p> <p>(A) Ao tomar posse, em cargo de provimento efetivo ou em comissão, ficará sujeito a estágio probatório pelo prazo de 12 (doze) meses, computando-se eventual período de afastamento por motivo de doença.</p> <p>(B) Empossado em cargo público, deverá entrar em exercício no prazo de 30 (trinta) dias, contados da nomeação.</p> |
| <p>28. Segundo o disposto na Lei nº 9.784/99, a decisão administrativa ilegal poderá ser impugnada por meio de recurso que</p> <p>(A) deverá ser interposto, salvo disposição legal em contrário, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.</p> <p>(B) será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias, o encaminhará à autoridade superior.</p> <p>(C) deverá ser decidido no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.</p> <p>(D) terá, como regra, efeito suspensivo e dependerá de caução em dinheiro.</p> <p>(E) tramitará no máximo por duas instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.</p> | <p>(C) A posse ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias contados do ato que o julgou apto física e mentalmente para o exercício do cargo.</p> <p>(D) O prazo para entrar em exercício é de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da posse, no caso de função de confiança.</p> <p>(E) O servidor que deva ter exercício em outro Município, em razão de ter sido removido terá, no mínimo, 10 (dez) e, no máximo, 30 (trinta) dias de prazo contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.</p> |

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Em relação à “Lei do Mínimo” formulada em 1840 por Justus Liebig, NÃO é correto afirmar:

- (A) sob condições de estado constante, o fator limitante corresponde ao componente essencial cuja presença está mais próxima do padrão de necessidade mínima.
- (B) a formulação inicial desta lei pode ser lida da seguinte forma: “o crescimento de uma planta é dependente da quantidade de alimento que se lhe apresenta em quantidade mínima”.
- (C) esta lei é aplicável estritamente apenas sob condições de estado constante.
- (D) a interação de fatores presentes no ambiente analisado tem forte relação com a aplicação desta lei.
- (E) a situação ideal de sua aplicação e do conceito a ela vinculado, é sob condições de “estado transiente”, em que as quantidades e os efeitos de muitos constituintes do ambiente estão mudando rapidamente.

32. Sobre sistema e modelos pode-se afirmar que

- (A) não é necessário que se conheçam todas as partes componentes de um sistema antes que o todo possa ser compreendido.
- (B) a variância do todo é maior que a soma da variância das partes de um sistema.
- (C) os componentes de um sistema interagem entre si. Durante esta interação não alteram suas naturezas básicas e nem geram novas propriedades do sistema.
- (D) um sistema não pode ser estudado considerando sua hierarquia tripla – sistema, sub-sistema e supra-sistema.
- (E) os modelos são versões complexas do mundo real que não permitem predições.

33. É correto o que se afirma em:

- (A) Bioma é um termo que tem abrangência territorial maior que biosfera.
- (B) A biosfera é o maior sistema biológico, correspondendo exatamente ao que entendemos sobre estado em auto-suficiência.
- (C) A biosfera é o maior sistema biológico, estando próximo do entendimento que temos de auto-suficiência.
- (D) Biocenose é um termo muito utilizado em literatura européia sobre ecologia e equivale à biosfera, em abrangência territorial.
- (E) A biosfera é o menor sistema biológico, correspondendo exatamente ao que entendemos sobre estado em auto-suficiência.

34. Sobre produtividade primária e produtividade secundária de sistemas ecológicos pode-se afirmar que

- (A) Produtividade primária de um sistema ecológico, de uma comunidade ou de qualquer parte deles pode ser definida como a taxa na qual a energia radiante é convertida, pela atividade fotossintética e quimiossintética de organismos heterótrofos, em substâncias orgânicas.
- (B) Produtividade primária de um sistema ecológico, de uma comunidade ou de qualquer parte deles pode ser definida como a taxa na qual a energia radiante é convertida, pela atividade fotossintética e quimiossintética de organismos produtores, em substâncias orgânicas.
- (C) Produtividade primária de um sistema ecológico, de uma comunidade ou de qualquer parte deles pode ser definida como a taxa na qual a energia radiante é convertida, pela atividade fotossintética e quimiossintética de organismos produtores, em substâncias inorgânicas.
- (D) Produtividade primária de um sistema físico pode ser definida como a taxa na qual a energia radiante é convertida, pela atividade fotossintética e quimiossintética de organismos heterótrofos, em substâncias inorgânicas.
- (E) Produtividade secundária de um sistema ecológico, de uma comunidade ou de qualquer parte deles pode ser definida como a taxa na qual a energia radiante é convertida, pela atividade fotossintética e quimiossintética de organismos produtores, em substâncias orgânicas.

35. A literatura especializada de economia do meio ambiente distingue inicialmente “valor de uso” e “valor intrínseco”.

- (A) O valor de uso compreende apenas o valor que se atribui a um possível uso futuro, denominado “valor de opção”. O valor intrínseco é também denominado “valor de existência” e se refere ao valor que se atribui ao meio ambiente independentemente de usos atuais ou futuros.
- (B) O valor de uso compreende apenas o valor de uso atual, sem considerar o valor que se atribui a um possível uso futuro. O valor intrínseco é também denominado “valor de existência” e se refere ao valor que se atribui ao meio ambiente independentemente de usos atuais ou futuros.
- (C) O valor intrínseco compreende tanto o valor de uso atual quanto o valor que se atribui a um possível uso futuro, denominado “valor de opção”. O valor de uso é também denominado “valor de existência” e se refere ao valor que se atribui ao meio ambiente independentemente de usos atuais ou futuros.
- (D) O valor de uso compreende tanto o valor de uso atual quanto o valor que se atribui a um possível uso futuro, denominado “valor de opção”. O valor intrínseco é também denominado “valor de existência” e se refere ao valor que se atribui ao meio ambiente independentemente de usos atuais ou futuros.
- (E) Na prática do mercado considera-se apenas o valor intrínseco, também denominado “valor de existência”, que se refere ao valor atribuído ao meio ambiente independentemente de usos atuais ou futuros.

36. Do ponto de vista da economia, a degradação do meio ambiente diminui
- temporária ou definitivamente sua capacidade de desempenhar, basicamente, o seguinte agrupamento de funções: prover materiais e serviços; prover bens e serviços naturais; e assimilar detritos.
 - temporária ou definitivamente sua capacidade de desempenhar, exclusivamente, o seguinte agrupamento de funções: prover materiais e serviços; e prover bens e serviços naturais.
 - apenas temporariamente sua capacidade de desempenhar, basicamente, o seguinte agrupamento de funções: prover materiais e serviços; prover bens e serviços naturais; e assimilar detritos.
 - temporária ou definitivamente sua capacidade de desempenhar, exclusivamente, o seguinte agrupamento de funções: prover materiais e serviços.
 - apenas definitivamente sua capacidade de desempenhar, basicamente, o seguinte agrupamento de funções: prover materiais e serviços; prover bens e serviços naturais; e assimilar detritos.
-
37. Sobre a legislação federal, no caso ambiental, pode-se afirmar que:
- deve ser avaliada tendo por base apenas a Constituição Federal (de 1988), lei maior de nosso país.
 - deve ser avaliada segundo sua hierarquia, a saber, exclusivamente: Constituição Federal (de 1989), Leis e Decretos, sendo dispensadas as Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente.
 - deve ser avaliada segundo sua hierarquia, a saber, tendo como exemplos: Constituição Federal (de 1988), Leis, Decretos e Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente.
 - deve ser avaliada tendo por base apenas os atos tomados pelo Poder Legislativo, e segundo sua hierarquia, a saber, exclusivamente: Constituição Federal (de 1988), Leis e Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente.
 - na prática, deve ser avaliada tendo por base apenas o detalhamento expresso pelas Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente.
-
38. A Ação Civil Pública
- é um marco na proteção ambiental, vez que, por ela, explicitamente se visa proteger o meio ambiente. No entanto não serve a proteger outros bens e interesses difusos e coletivos, como o patrimônio histórico, artístico, paisagístico e turístico e ainda o consumidor.
 - não representa avanço na proteção ambiental, mesmo que, por ela, explicitamente se visa proteger o meio ambiente, a par de outros bens e interesses difusos e coletivos, como o patrimônio histórico, artístico, paisagístico e turístico e ainda o consumidor.
 - tem como autor qualquer cidadão, que fará prova mediante apresentação do Título Eleitoral.
 - é um marco na proteção ambiental, vez que, por ela, explicitamente se visa proteger o meio ambiente, a par de outros bens e interesses difusos e coletivos, como o patrimônio histórico, artístico, paisagístico e turístico e ainda o consumidor.
 - é um marco na proteção ambiental, vez que, por ela, explicitamente se visa proteger o meio ambiente, a par de outros bens e interesses difusos e coletivos, como o patrimônio histórico, artístico e paisagístico. No entanto não serve a proteger o patrimônio turístico e nem o consumidor.
-
39. O estudo prévio de impacto ambiental tem notório caráter preventivo da degradação ambiental, identificando situações de risco e buscando evitar o dano para o meio ambiente. Neste sentido deve-se considerar
- exclusivamente o risco de acidentes, por meio apenas do estudo de probabilidades de ocorrência dos mesmos.
 - os riscos de acidentes e ambientais. Ou seja, não se trata apenas de estudar probabilidades de acidentes, mas também de se considerar a qualidade e a abrangência potencial – territorial e temporal – de tais riscos ambientais.
 - os riscos de acidentes e ambientais. Ou seja, trata-se apenas de estudar probabilidades de acidentes, considerando-se apenas a qualidade e a abrangência potencial temporal de tais riscos ambientais.
 - os riscos de acidentes e ambientais. Ou seja, trata-se apenas de estudar probabilidades de acidentes, considerando-se apenas a qualidade e a abrangência potencial territorial de tais riscos ambientais.
 - exclusivamente os riscos ambientais, por meio apenas do estudo de probabilidades de ocorrência dos mesmos.
-
40. As auditorias ambientais podem ser classificadas de acordo com as seguintes possibilidades:
- apenas em classificação de acordo com os critérios de auditoria – de conformidade legal ambiental, de desempenho ambiental, ou de sistemas de gestão ambiental; classificação de acordo com os objetivos da auditoria ambiental – de certificação, de acompanhamento, de correções (ou de *follow-up*), de responsabilidade (*due diligence*), de sítio, ou compulsória.
 - apenas em classificação de acordo com a parte auditora – de primeira parte, de segunda parte, ou de terceira parte.
 - apenas em classificação de acordo com os critérios de auditoria – de conformidade legal ambiental, de desempenho ambiental, ou de sistemas de gestão ambiental.
 - apenas em classificação de acordo com os objetivos da auditoria ambiental – de certificação, de acompanhamento, de correções (ou de *follow-up*), de responsabilidade (*due diligence*), de sítio, ou compulsória.
 - classificação de acordo com a parte auditora – de primeira parte, de segunda parte, ou de terceira parte; classificação de acordo com os critérios de auditoria – de conformidade legal ambiental, de desempenho ambiental, ou de sistemas de gestão ambiental; classificação de acordo com os objetivos da auditoria ambiental – de certificação, de acompanhamento, de correções (ou de *follow-up*), de responsabilidade (*due diligence*), de sítio, ou compulsória.

| | |
|--|---|
| <p>41. A "vulnerabilidade à contaminação de um aquífero" é entendida, segundo Foster (1987), como representação das características intrínsecas que determinam a suscetibilidade de um aquífero de ser adversamente afetado por uma carga contaminante. Uma avaliação coerente e cientificamente válida dessa vulnerabilidade deve ser feita de maneira</p> <p>(A) individual, para cada contaminante ou classe de contaminante (saneamento "in situ", cultivo agrícola, disposição de efluentes industriais etc.) ou para cada grupo de atividades contaminantes (nutrientes, patógenos, microrganismos, metais pesados etc.).</p> <p>(B) geral, para um contaminante universal, em cenário típico de contaminação.</p> <p>(C) individual, para cada contaminante ou classe de contaminante (nutrientes, patógenos, microrganismos, metais pesados etc.) ou para cada grupo de atividades contaminantes (saneamento "in situ", cultivo agrícola, disposição de efluentes industriais etc.).</p> <p>(D) geral, para um contaminante típico, em cenário universal de contaminação.</p> <p>(E) randômica, garantindo que nunca ocorra a repetição da análise, ampliando constantemente o universo analisado apenas dos grupos de atividades contaminantes.</p> | <p>44. A cartografia geotécnica é uma ferramenta eficiente para o estabelecimento do potencial de risco ambiental no uso e ocupação do solo, especialmente quanto à susceptibilidade à erosão e ao deslizamento. Para o estabelecimento adequado das classes de risco no caso da susceptibilidade à erosão, as propriedades geotécnicas básicas são:</p> <p>(A) vegetação conjugada a elementos inertes como rochas, concreto, ligas metálicas, geotêxteis.</p> <p>(B) topografia linear, geologia e resistência ao cisalhamento do solo.</p> <p>(C) análise granulométrica, topografia linear e resistência ao cisalhamento do solo.</p> <p>(D) análise granulométrica, índice de vazios, estrutura do solo, parâmetros de plasticidade (limite de liquidez, limite de plasticidade) e outros testes específicos (Inderbitzen, Pinhole, desagregação etc.).</p> <p>(E) análise de equilíbrio limite e análise de deformação.</p> |
| <p>42. Um dos importantes fatores que determinam a qualidade do ar está relacionado ao fenômeno conhecido como chuva ácida, causada em grande parte por dióxido de carbono e o dióxido de enxofre livres na atmosfera. Quanto ao dióxido de enxofre na atmosfera, é correto afirmar que sua origem é</p> <p>(A) apenas antrópica, sendo emitido pelas indústrias petroquímicas, siderúrgicas e metalúrgicas, bem como por ônibus e caminhões, movidos a óleo combustível.</p> <p>(B) natural, proveniente de erupções vulcânicas, sistema de raízes de algumas plantas e plâncton, e antrópica, emitido por veículos e pela indústria que utilizam compostos de origem fóssil como matéria-prima e/ou como fonte de energia.</p> <p>(C) apenas natural, sendo uma das emissões de maior impacto já registrado a da erupção do vulcão Krakatoa, em finais do século XIX.</p> <p>(D) natural, decorrente da respiração anaeróbica de microrganismos, e antrópica, devido à emissão dos compostos de clorofluorcarbonos, os CFCs, utilizados como propelentes em sprays e circuitos de refrigeração.</p> <p>(E) natural e antrópica, decorrente da queima de biomassa, dos arrozais, do trato digestivo do gado bovino e dos aterros sanitários.</p> | <p>45. Quanto à medição pluviométrica é correto afirmar que:</p> <p>(A) as medidas realizadas nos pluviógrafos, expressas em mm, são denominadas "altura pluviométrica parcial".</p> <p>(B) é avaliada por meio de pluviômetros que registram a qualidade da água no decorrer do tempo.</p> <p>(C) é avaliada por meio de pluviógrafos que medem a altura da água precipitada em simples receptáculos sem padronização.</p> <p>(D) as medidas realizadas nos pluviômetros, expressas em mm/h ou mm/min, são denominadas "intensidade de precipitação parcial".</p> <p>(E) exprime a quantidade de chuva pela altura de água caída e acumulada sobre uma superfície plana e impermeável.</p> |
| <p>43. Entre diversas funções potenciais do uso de técnicas de bioengenharia de solos na recuperação de áreas degradadas estão a proteção ambiental contra a erosão causada por absorção do impacto das gotas de chuva e aumento da estabilidade de taludes por aumento dos parâmetros de coesão aparente do solo. Os efeitos derivados dessas funções podem ser melhor classificados como:</p> <p>(A) Geotécnicos.</p> <p>(B) Econômicos.</p> <p>(C) Estéticos.</p> <p>(D) Históricos.</p> <p>(E) Biológicos.</p> | <p>46. Em projetos de irrigação agrícola, os canais podem servir às finalidades de condução, distribuição e drenagem. Os canais destinados à condução são</p> <p>(A) abertos na própria área a ser irrigada, nas partes mais altas, e devem ter a superfície livre da água um pouco acima do nível do terreno, a fim de que este possa receber o líquido, segundo o sistema de irrigação usado.</p> <p>(B) geralmente maiores, levam a água da tomada aos canais de distribuição e podem ramificar-se em principais, secundários etc, constituindo uma rede de condução.</p> <p>(C) geralmente mais profundos, abertos, nas partes mais baixas e depressões do terreno, a fim de poder recolher o excesso de água de irrigação e de permitir a drenagem do solo.</p> <p>(D) constituídos por ramificações menores denominadas rede de distribuição.</p> <p>(E) constituídos por um sistema de ligação e disposição denominada rede de drenagem.</p> |

47. Com relação ao sensoriamento remoto aplicado ao estudo do uso do solo urbano, pode-se afirmar que
- na obtenção de informações sobre o ambiente intra-urbano, não há distinção de caráter econômico entre o uso de sensoriamento aerofotogramétrico e o uso de sensoriamento orbital.
 - a complexidade e heterogeneidade do ambiente urbano, assim como as limitações de resolução dos sensores, são dificuldades inerentes a um levantamento aerofotogramétrico.
 - a periodicidade vinculada aos custos e as questões técnicas envolvidas na execução de um levantamento de dados são as únicas dificuldades inerentes à utilização de dados orbitais.
 - tecnicamente, divide-se em duas categorias: uma baseada em fotografias aéreas e outra envolvendo análise de informações orbitais.
 - apenas o sensoriamento remoto em nível aéreo tem sido utilizado na identificação de tipos de ocupação da terra nas mais diferentes escalas de abordagem.
-
48. No que diz respeito às doenças relacionadas com a água é correto afirmar que
- entre as substâncias presentes na água implicadas em doenças de transmissão hídrica estão o chumbo e concentrações excessivas de nitrato humano.
 - exemplos de doenças de transmissão hídrica são o saturnismo e a metemoglobinemia em crianças.
 - exemplos de doenças de origem hídrica são febre tifóide, cólera, hepatite A, amebíase e esquistossomose.
 - os principais agentes etiológicos implicados em doenças de origem hídrica são bactérias, fungos, vírus, protozoários e helmintos.
 - as doenças de transmissão hídrica são aquelas em que a água atua como veículo do agente infeccioso enquanto as doenças de origem hídrica são aquelas causadas por determinadas substâncias químicas, orgânicas ou inorgânicas, presentes na água em concentrações inadequadas, em geral superiores às especificadas nos padrões para águas de consumo humano.
-
49. A NBR 10.004 da ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas, classifica os resíduos sólidos em três classes conforme se segue:
- Classe I. Resíduos perigosos: apresentam riscos à saúde pública em qualquer tempo transcorrido após o seu descarte;

Classe II. Resíduos não Inertes: apresentam riscos à saúde pública decrescente em função do tempo transcorrido após o seu descarte, podendo passar à classe III depois de três meses;

Classe III. Resíduos Inertes: não apresentam qualquer risco à saúde pública em qualquer tempo transcorrido após seu descarte.
 - Classe I. Resíduos danosos: apresentam riscos altos à saúde pública;

Classe II. Resíduos pouco danosos: apresentam riscos baixos à saúde pública;

Classe III. Resíduos neutros: não apresentam riscos à saúde da pública, podendo ser descartados e acumulados em qualquer lugar.
 - Classe I. Resíduos perigosos: apresentam riscos à saúde pública;

Classe II. Resíduos não Inertes: não apresentam periculosidade, mas podem ter propriedades como combustibilidade, biodegradabilidade ou solubilidade em água;

Classe III. Resíduos Inertes: submetidos aos testes de solubilização não têm nenhum de seus constituintes solubilizados em concentrações superiores aos padrões de potabilidade da água.
 - Classe I. Resíduos perigosos: apresentam riscos à saúde pública apenas quando lançados ao solo;

Classe II. Resíduos não Inertes: apresentam riscos à saúde pública quando lançados aos rios;

Classe III. Resíduos Inertes: não apresentam riscos à saúde pública, se armazenados em aterros sanitários.
 - Classe I. Resíduos perigosos: apresentam alta periculosidade devido à propriedade de combustibilidade;

Classe II. Resíduos não Inertes: apresentam alta periculosidade devido à propriedade de solubilidade em água;

Classe III. Resíduos Inertes: apresentam alta periculosidade devido à propriedade de biodegradabilidade.
-
50. Os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) permitem compatibilizar informação originada em diversas fontes como:
- informação de sensores espaciais, informação recolhida com Sistema de Posicionamento Global (GPS) e informação obtida com os métodos tradicionais da Topografia.
 - informação de sensores espaciais, informações de coordenadas geográficas e informação recolhida por telefonia, exclusivamente.
 - apenas informação obtida com os métodos tradicionais de Topografia.
 - informação bibliográfica e dados obtidos apenas por meio de procedimentos experimentais de pesquisa.
 - informação fornecida pelo Sistema Nacional de Informação (SNI), exclusivamente.

| | |
|---|--|
| <p>51. O Controle Biológico de Pragas é um procedimento usado para manter espécies nocivas em níveis populacionais aceitáveis através da ação de um predador natural ou microrganismo que lhe cause doença. O Manejo Integrado de Pragas busca minimizar as perdas econômicas causadas pelas pragas agrícolas sem que seja necessária a sua eliminação completa. Um exemplo de Manejo Integrado por Controle Biológico de Pragas é:</p> <p>(A) insetos que infestam a cana-de-açúcar controlado por uma espécie de joaninha.</p> <p>(B) exclusivamente mudanças no padrão de plantio.</p> <p>(C) plantas geneticamente modificadas tornadas mais resistentes.</p> <p>(D) uso exclusivo cuidadoso e generalista de agrotóxicos (defensivos agrícolas).</p> <p>(E) exclusivamente a rotação de culturas agrícolas.</p> | <p>54. O tratamento de água destinada ao abastecimento público pode atender a finalidades classificadas em higiênicas, estéticas e econômicas. São elas:</p> <p>(A) Higiênica: correção de turbidez, cor, odor e sabor. Estética: redução de corrosividade, dureza, cor, turbidez, ferro, manganês etc. Econômica: remoção de microrganismos, de substâncias tóxicas ou nocivas, redução do excesso de impurezas e de teores elevados de compostos orgânicos.</p> <p>(B) Higiênica: remoção de microrganismos, de substâncias tóxicas ou nocivas, redução do excesso de impurezas e de teores elevados de compostos orgânicos. Estética: correção de turbidez, cor, odor e sabor. Econômica: redução de corrosividade, dureza, cor, turbidez, ferro, manganês etc.</p> <p>(C) Higiênica: redução de corrosividade, dureza, cor, turbidez, ferro, manganês etc.; Estética: correção de turbidez, cor, odor e sabor; Econômica: remoção de microrganismos, de substâncias tóxicas ou nocivas, redução do excesso de impurezas e de teores elevados de compostos orgânicos.</p> <p>(D) Higiênica: remoção de microrganismos, de substâncias tóxicas ou nocivas, redução do excesso de impurezas e de teores elevados de compostos orgânicos; Estética: redução de corrosividade, dureza, cor, turbidez, ferro, manganês etc. Econômica: correção de turbidez, cor, odor e sabor.</p> <p>(E) Higiênica: correção de turbidez, cor, odor e sabor. Estética: remoção de microrganismos, de substâncias tóxicas ou nocivas, redução do excesso de impurezas e de teores elevados de compostos orgânicos. Econômica: redução de corrosividade, dureza, cor, turbidez, ferro, manganês etc.</p> |
| <p>52. Minerações em terrenos de domínios de rochas cristalinas pré-cambrianas em morros ou morrotes, bem como sedimentos terciário-quadernários em colinas,</p> <p>(A) apresentam taxa de degradação quase nula se comparada com a degradação gerada por minerações situadas no domínio das planícies aluvionais.</p> <p>(B) tendem a ser invadidas pelas águas de superfície e subsuperfície, exibindo uma sucessão de lagos sujeitos à degradação ambiental acelerada apenas em razão do lançamento de resíduos domésticos e industriais.</p> <p>(C) tendem a gerar áreas sujeitas a processos intensos de degradação, mas apenas de pequena magnitude, como erosão, escorregamentos, assoreamentos, entre outros.</p> <p>(D) tendem a ser invadidas pelas águas das chuvas formando lagos que apresentam exclusiva e acentuada função urbana.</p> <p>(E) tendem a gerar áreas sujeitas a processos intensos de degradação e de grande magnitude, como erosão, escorregamentos, assoreamentos, entre outros.</p> | <p>55. Um sistema geral de drenagem urbana é constituído pelos sistemas de microdrenagem e macrodrenagem. Da microdrenagem é correto afirmar:</p> <p>(A) consiste de retificação e/ou ampliação das seções de cursos naturais; construção de canais artificiais ou galerias de grandes dimensões; estruturas auxiliares para proteção contra erosões e assoreamento, travessias (obras de arte) e estações de bombeamento.</p> <p>(B) é definida pelo sistema de condutos pluviais em nível de loteamento ou de rede primária urbana que propicia a ocupação do espaço urbano ou periurbano por uma forma artificial de assentamento, adaptando-se ao sistema de circulação viária.</p> <p>(C) é um conjunto de obras que visa melhorar as condições de escoamento de forma a atenuar os problemas de erosões, assoreamento e inundações ao longo dos principais talvegues (fundos de vale).</p> <p>(D) é responsável pelo escoamento final das águas, a qual pode ser formada por canais naturais ou artificiais, galerias de grandes dimensões e estruturas auxiliares.</p> <p>(E) em uma zona urbana, corresponde à rede de drenagem natural pré-existente nos terrenos antes da ocupação, sendo constituída pelos igarapés, córregos, riachos e rios localizados nos talvegues e valas.</p> |
| <p>53. Entre as vantagens do uso do teste da Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) para avaliação da qualidade da água pode-se mencionar:</p> <p>(A) a relação DBO_t/DBO_5 varia apenas em função do despejo.</p> <p>(B) pode encontrar baixos valores de DBO_5.</p> <p>(C) os metais pesados e outras substâncias tóxicas matam ou inibem os microrganismos.</p> <p>(D) permite a indicação da taxa de consumo de oxigênio em função do tempo.</p> <p>(E) demora exatos cinco dias em teste.</p> | |

56. Os meios empregados na remoção ou transformação das características dos esgotos definem diferentes processos de tratamento conforme o tipo de material que se prioriza remover. Entre os meios adequados para a remoção de sólidos grosseiros, em suspensão e sedimentáveis, estão:
- (A) tanques de flotação, tanques de precipitação química e filtros de areia.
 - (B) tanques de retenção de gorduras, tanques de flotação e decantadores com removedores de espuma.
 - (C) crivos, grades, desintegradores, caixa de areia e centrifugadores.
 - (D) irrigação de grandes superfícies, campo de nitrificação com e sem finalidade agrícola, filtros biológicos, lagoas de estabilização, tanques de lodos ativados, tanques sépticos e valos de oxidação ou sistemas de oxidação total.
 - (E) cloração, reagentes químicos, instalações biológicas.
-
57. Saneamento ambiental é definido como o conjunto de ações socioeconômicas que têm por objetivo alcançar salubridade ambiental para proteger e melhorar as condições de vida urbana e rural por meio de:
- (A) apenas de abastecimento de água potável, controle de doenças transmissíveis e demais serviços de obras especializadas.
 - (B) apenas de abastecimento de água potável e drenagem urbana.
 - (C) apenas de abastecimento de água potável e coleta e disposição sanitária de resíduos sólidos.
 - (D) abastecimento de água potável apenas, cujo tratamento, numa estação convencional, consiste exclusivamente de processos como captação, desinfecção, coagulação, floculação, decantação, filtração e correção do pH e fluoretação.
 - (E) abastecimento de água potável, coleta e disposição sanitária de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, promoção de disciplina sanitária de uso do solo, drenagem urbana, controle de doenças transmissíveis e demais serviços de obras especializadas.
-
58. Estudos recentes realizados em São Paulo ilustram a influência da poluição do ar como fator etiológico nas doenças respiratórias em crianças (Ribeiro, 1988). Entre os parâmetros analisados nessas pesquisas estão as partículas em suspensão por que são suficientemente
- (A) pequenas (menos de 0,1 μm até 10 μm) para serem inaladas e penetrarem profundamente no trato respiratório.
 - (B) grandes (em torno de 10 μm) para passarem entre os pêlos das narinas.
 - (C) grandes (em torno de 10 μm) para apresentarem elevada velocidade de sedimentação, comparada com o movimento produzido pelo vento ou turbulência do ar.
 - (D) grandes (em torno de 10 μm) para serem removidas do ar por impacto ou difusão em superfícies ou pela chuva.
 - (E) pequenas (menos de 0,1 μm até 10 μm) para serem eliminadas do trato respiratório.
-
59. Bioindicadores podem ser definidos como qualquer resposta a um contaminante ambiental ao nível individual, medidos no organismo ou matriz biológica, indicando um desvio do *status* normal que não pode ser detectado no organismo intacto. Com relação ao nível de análise utilizado, é correto afirmar que os bioindicadores moleculares
- (A) podem ser aplicados a uma ampla variedade de organismos, desde que tenham lisossomos e peroxissomos; os bioindicadores celulares são executados exclusivamente pelo teste do micronúcleo como indicativo de dano no material genético; os bioindicadores ao nível de organismo permitem análise de parâmetros indicativos do tamanho da população.
 - (B) permitem análise de parâmetros indicativos do estado geral de saúde; os bioindicadores celulares podem ser aplicados a uma ampla variedade de organismos; os bioindicadores ao nível de organismo são exemplificados pelo teste do micronúcleo como indicativo de dano no material genético ou pelo teste de alteração de organelas celulares (lisossomos e peroxissomos).
 - (C) podem ser aplicados a uma ampla variedade de organismos; os bioindicadores celulares são exemplificados pelo teste do micronúcleo como indicativo de dano no material genético ou pelo teste de alteração de organelas celulares (lisossomos e peroxissomos); os bioindicadores ao nível de organismo permitem análise de parâmetros indicativos do estado geral de saúde.
 - (D) devem ser aplicados exclusivamente em plantas e animais superiores; os bioindicadores celulares são exemplificados pelo teste do micronúcleo como indicativo de dano no material genético ou pelo teste de alteração de organelas celulares (lisossomos e peroxissomos); os bioindicadores ao nível de organismo permitem análise de parâmetros indicativos do estado geral de saúde.
 - (E) são exemplificados pelo teste do micronúcleo como indicativo de dano no material genético; os bioindicadores celulares são exemplificados pelo teste de alteração de organelas celulares (lisossomos e peroxissomos); os bioindicadores ao nível de organismo permitem análise de parâmetros indicativos do tamanho da população.
-
60. Bioensaio pode ser definido como:
- (A) Método para quantificação do total da variação genética presente em um material genético.
 - (B) Ramo da ciência que trata da aplicação dos procedimentos estatísticos em biologia.
 - (C) Ciência que estuda os riscos de impactos decorrentes do uso da biotecnologia no meio ambiente.
 - (D) Método para determinação quantitativa do poder relativo de uma droga ou substância poluente, através da medição, sob condições controladas, dos seus efeitos sobre a evolução de um animal, planta ou microrganismo.
 - (E) Habilidade de uma planta em suportar o ataque de um patógeno ou praga sem expressiva redução da produtividade exclusivamente agrícola.

ESTUDO DE CASO

Atenção: Para responder às questões de números 61 a 70 considere a análise do programa de turismo receptivo sustentável de uma Prefeitura Municipal brasileira, em área não costeira. EIA como Estudo de Impacto Ambiental e RIMA como seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental.

61. O turismo ocupa o espaço de maneira peculiar. O planejamento ambiental desta atividade em escala municipal passa necessariamente pelo planejamento territorial. Para tanto torna-se necessário levar em conta:
- (A) aspectos físicos e biológicos do ambiente que será objeto do planejamento, e aspectos antropológicos deste mesmo ambiente.
 - (B) apenas aspectos físicos e biológicos do ambiente que será objeto do planejamento.
 - (C) apenas aspectos biológicos do ambiente que será objeto do planejamento.
 - (D) apenas aspectos físicos do ambiente que será objeto do planejamento.
 - (E) apenas aspectos antropológicos do ambiente que será objeto do planejamento.
62. O turismo, como toda atividade humana, gera impacto ambiental. Após a etapa de planejamento ambiental da atividade, torna-se necessário avaliar o impacto ambiental dos projetos de turismo planejados para o município. No Brasil, por impacto ambiental, entende-se:
- (A) Apenas as alterações das propriedades biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que apenas diretamente afetam: (I) a saúde e o bem-estar da população; (II) as atividades sociais e econômicas; (III) a biota; (IV) as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e (V) a qualidade dos recursos ambientais.
 - (B) Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam exclusivamente: (I) a biota; (II) as condições sanitárias do meio ambiente; e (III) a qualidade dos recursos ambientais.
 - (C) Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada apenas por qualquer forma de matéria resultante das atividades humanas que apenas diretamente afetam: (I) a saúde, a segurança e o bem-estar da população; (II) as atividades sociais e econômicas; (III) a biota; (IV) as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e (V) a quantidade dos recursos ambientais.
 - (D) Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: (I) a saúde, a segurança e o bem-estar da população; (II) as atividades sociais e econômicas; (III) a biota; (IV) as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e (V) a qualidade dos recursos ambientais.
 - (E) Apenas as alterações das propriedades biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam exclusivamente: (I) a biota; (II) as condições sanitárias do meio ambiente; e (III) a qualidade dos recursos ambientais.

63. No caso do município estudado, uma vez cientes dos impactos ambientais e dos projetos que serão avaliados, deve-se proceder a realização de um estudo de impacto ambiental para implantação do turismo. De acordo com a prática corrente no Brasil, este estudo consiste das seguinte etapas, obrigatoriamente:
- (A) aplicação da Matriz de Bertold; e sobreposição de cartas temáticas.
 - (B) descrição do projeto; descrição do meio ambiente na área de influência do projeto; determinação e avaliação dos impactos; proposição de medidas preventivas, mitigadoras, compensatórias e potencializadoras; determinação do sistema de certificação ambiental de mercado; e plano de monitoramento.
 - (C) descrição do projeto; descrição do meio ambiente na área de influência do projeto; determinação do sistema de certificação ambiental de mercado; e determinação e avaliação dos impactos, apenas.
 - (D) determinação e avaliação dos impactos; proposição de medidas preventivas, mitigadoras, compensatórias e potencializadoras; determinação do sistema de certificação ambiental de mercado; e plano de monitoramento, apenas.
 - (E) descrição do projeto; descrição do meio ambiente na área de influência do projeto; determinação e avaliação dos impactos; proposição de medidas preventivas, mitigadoras, compensatórias e potencializadoras; e plano de monitoramento.
64. Todo processo de planejamento ambiental deve ter participação da população. No caso do planejamento ambiental do turismo no município em questão não é diferente. Quanto à participação da comunidade nos processos de avaliação de impacto ambiental é correto afirmar:
- (A) no caso de processos de EIA/RIMA no Brasil não é obrigatório que o RIMA esteja acessível ao público interessado e as respectivas audiências públicas devem ser convocadas apenas quando o órgão de meio ambiente julgar necessário.
 - (B) no caso de processos de EIA/RIMA no Brasil é obrigatório que o RIMA esteja acessível ao público interessado, com cópias disponíveis no órgão de controle ambiental; e as respectivas audiências públicas devem ser convocadas em quatro situações: quando o órgão de meio ambiente julgar necessário, quando solicitada por entidade civil, quando solicitada pelo Ministério Público e quando solicitada por cinquenta ou mais cidadãos.
 - (C) no caso de processos de EIA/RIMA no Brasil é obrigatório que o RIMA esteja acessível ao público interessado, com cópias disponíveis no órgão de controle ambiental; e as respectivas audiências públicas devem ser convocadas apenas quando o órgão de meio ambiente julgar necessário.
 - (D) no caso de processos de EIA/RIMA no Brasil não é obrigatório que o RIMA esteja acessível ao público interessado; e as respectivas audiências públicas devem ser convocadas em quatro situações: quando o órgão de meio ambiente julgar necessário, quando solicitada por entidade civil, quando solicitada pelo Ministério Público e quando solicitada por cinquenta ou mais cidadãos.
 - (E) no caso de processos de EIA/RIMA no Brasil não é obrigatório que o RIMA esteja acessível ao público interessado; e as respectivas audiências públicas são apenas facultativas de acontecer, sem obrigatoriedade.

65. Para se determinar os impactos ambientais existem diversas metodologias. São vários os projetos de turismo que devem receber esta determinação de impactos, no caso do município em estudo: construção de um grande hotel, construção de um parque temático etc. São exemplos destas metodologias internacionalmente reconhecidas para determinação de impactos ambientais, além de Método *ad hoc*; e de Listas de controle; Matriz de
- (A) Leopold; Redes de interação; Sobreposição de cartas legais; ISO 14.000.
- (B) Bertold; Redes de interação; Sobreposição de cartas legais; Sistema Battelle.
- (C) Leopold; Redes de interação; Sobreposição de cartas temáticas; Sistema Battelle.
- (D) Bertold; Redes de interação; Sobreposição de cartas temáticas; ISO 14.000.
- (E) Leopold; Redes de interação; Sobreposição de cartas legais; BS 7.750.
66. No caso do planejamento ambiental do turismo no município em estudo, deve-se detalhar a forma de monitoramento do impacto ambiental que será causado pelo turismo. De forma geral, verifica-se que há três tipos deste monitoramento, entendido como um sistema contínuo de observação, de medição e de avaliações para um fim definido. A saber:
- (A) Inspeção e supervisão para verificar conformidade com o termo de referência e o que foi proposto pelo EIA e aprovado pelo órgão ambiental, no sempre obrigatório processo de licenciamento; verificação da conformidade às normas oficiais; supervisão dos efeitos para verificar se a previsão foi real, sem necessidade de controlar a eficácia das medidas de atenuação de impacto.
- (B) Inspeção e supervisão para verificar conformidade com o termo de referência e o que foi proposto pelo EIA e aprovado pelo órgão ambiental, no processo de licenciamento – quando aplicável; verificação da conformidade ao sempre obrigatório processo de certificação ISO 14.000; supervisão dos efeitos para verificar se a previsão foi real e para controlar a eficácia das medidas de atenuação de impacto.
- (C) Inspeção e supervisão para verificar conformidade com o termo de referência e o que foi proposto pelo EIA e aprovado pelo órgão ambiental, no processo de licenciamento – quando aplicável; verificação da conformidade às normas oficiais; supervisão dos efeitos para verificar se a previsão foi real e para controlar a eficácia das medidas de atenuação de impacto.
- (D) Inspeção e supervisão para verificar conformidade com o termo de referência e o que foi proposto pelo EIA e aprovado pelo órgão ambiental, no processo de licenciamento – quando aplicável; verificação da conformidade ao sempre obrigatório processo de certificação BS 7.750; supervisão dos efeitos para verificar se a previsão foi real e para controlar a eficácia das medidas de atenuação de impacto.
- (E) Inspeção e supervisão para verificar conformidade com o proposto pelo empreendedor, sem necessidade de controle pelo órgão ambiental; verificação exclusiva de conformidade à legislação federal; supervisão dos efeitos para verificar se a previsão foi real e para controlar a eficácia das medidas de atenuação de impacto.
67. As atividades de turismo, como toda atividade humana potencialmente geradora de impacto, devem ser monitoradas em distintas escalas, cobrindo extensões geográficas diferentes. As escalas de monitoramento são as seguintes:
- (A) Locais – se estendem entre 0 e 100 km (exemplo: poluição do ar gerada pelo excesso de veículos trazidos à cidade pelo turismo); Regionais – se estendem entre 100 e 1.000 km (exemplo: qualidade da bacia hidrográfica cujas águas são poluídas pela emissão de efluentes sem tratamento gerados por hotéis e restaurantes); Continentais – se estendem entre 1.000 e 10.000 km (exemplo: mares e continentes – com pouca aplicação em nosso estudo); e Globais – se estendem por mais de 10.000 km (exemplo: aquecimento da atmosfera por monóxido de carbono – com pouca aplicação em nosso estudo).
- (B) Apenas Locais – se estendem entre 0 e 100 km (exemplo: poluição do ar gerada pelo excesso de veículos trazidos à cidade pelo turismo).
- (C) Apenas Regionais – se estendem entre 0 e 100 km (exemplo: poluição do ar gerada pelo excesso de veículos trazidos à cidade pelo turismo); e Continentais – se estendem entre 1.000 e 10.000 km (exemplo: mares e continentes – com poluição de oceanos em função da carga poluente dos rios).
- (D) Locais – se estendem entre 0 e 1.000 km (exemplo: mares – com pouca aplicação em nosso estudo); Regionais – se estendem entre 1.000 e 10.000 km (exemplo: qualidade da bacia hidrográfica cujas águas são poluídas pela emissão de efluentes sem tratamento gerados por hotéis e restaurantes); e Continentais – se estendem por mais de 10.000 km (exemplo: aquecimento da atmosfera por monóxido de carbono – com intensa aplicação em nosso estudo).
- (E) Apenas Continentais – se estendem entre 1.000 e 10.000 km (exemplo: mares e continentes – com pouca aplicação em nosso estudo); e Globais – se estendem por mais de 10.000 km (exemplo: aquecimento da atmosfera por monóxido de carbono – com pouca aplicação em nosso estudo).
68. Gestão ambiental pode ser entendida como um processo de tomada de decisões que devem
- (A) repercutir negativamente sobre a variável ambiental de um sistema. A tomada de decisão em questão consiste na busca da opção que apresente o menor custo para o gestor, independente de seu desempenho.
- (B) repercutir de forma neutra sobre a variável ambiental de um sistema, não interferindo na mesma.
- (C) repercutir positivamente sobre a variável ambiental de um sistema. A tomada de decisão em questão consiste na busca da opção que apresente sempre o menor custo para o gestor, independente de seu desempenho.
- (D) atuar como avaliação de impacto ambiental exclusivamente. Trata-se do desenvolvimento e da aplicação de um dos diversos métodos para avaliar o impacto ambiental.
- (E) repercutir positivamente sobre a variável ambiental de um sistema. A tomada de decisão em questão consiste na busca da opção que apresente o melhor desempenho, a melhor avaliação, ou a melhor interação entre as expectativas daquele que tem o poder de decidir e suas disponibilidades em adotá-la.

69. No caso do turismo, a gestão ambiental deve considerar opções que minimizem os impactos sobre o meio ambiente. São exemplos de impactos ambientais causados exclusivamente pelo turismo, no município em estudo localizado fora da área costeira,
- (A) degradação da paisagem devido a construções inadequadas; aumento da utilização e da necessidade de abastecimento de água potável; contaminação do lençol freático por uso inadequado de defensivos agrícolas.
 - (B) degradação da paisagem devido a construções inadequadas; aumento da utilização e da necessidade de abastecimento de água potável; aumento da geração de resíduos sólidos.
 - (C) degradação da paisagem devido a construções inadequadas; contaminação do lençol freático por uso inadequado de defensivos agrícolas; aumento da geração de resíduos sólidos.
 - (D) contaminação do lençol freático por uso inadequado de defensivos agrícolas; aumento da utilização e da necessidade de abastecimento de água potável; aumento da geração de resíduos sólidos.
 - (E) degradação da paisagem devido a construções inadequadas; aumento da utilização e da necessidade de abastecimento de água potável; contaminação das praias por derrame de petróleo no mar.

70. Buscando completar a estratégia de gestão ambiental, visando garantir sustentabilidade para o turismo no município, torna-se necessário o estabelecimento de medidas atenuantes específicas para turismo. São elas:
- (A) estabelecimento de um plano de desenvolvimento agrícola municipal; planejamento da utilização sustentável da água de uso industrial; definição da capacidade de carga turística, fazendo uso das metodologias existentes.
 - (B) estabelecimento do plano diretor industrial municipal; planejamento da utilização sustentável da água de uso industrial; definição da capacidade de carga turística, fazendo uso das metodologias existentes.
 - (C) estabelecimento de um plano de contingência para cargas perigosas trabalhadas no porto marinho mais próximo; planejamento da utilização sustentável da água potável, com destaque para o período de alta estação do turismo; definição da capacidade de carga industrial, fazendo uso das metodologias existentes.
 - (D) estabelecimento de um plano diretor de turismo municipal; planejamento da utilização sustentável da água potável, com destaque para o período de alta estação do turismo; definição da capacidade de carga turística, fazendo uso das metodologias existentes.
 - (E) estabelecimento de um plano de fomento florestal visando abastecer uma indústria de papel e celulose; planejamento da utilização sustentável da água potável, com destaque para o período de alta estação do turismo; definição da capacidade de carga industrial, fazendo uso das metodologias existentes.